

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Demonstrações do valor adicionado	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

Relatório da administração

(em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração

A administração da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

2. A Companhia

A Companhia, sociedade anônima aberta devido a emissão de debêntures listadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi constituída em 9 de outubro de 2002 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP da Companhia para o ciclo 2023-2024 foi de R\$ 75.121 uma redução de 4,5% quando comparada com a RAP para o ciclo 2022-2023 de R\$ 78.634, decorrente do reajuste da inflação (IGP-M).

(b) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi de 100%.

(c) Pagamento de debêntures

Em 16 de janeiro de 2023 e 17 de julho de 2023 a Companhia efetuou o pagamento de principal e dos juros da 2ª emissão das debêntures no montante de R\$ 16.899 e R\$ 34.667, respectivamente.

(d) Pagamento de dividendos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a companhia pagou o montante de R\$ 33.396 referente a dividendos.

(e) Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras societárias e regulatórias. Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os honorários dos auditores independentes totalizaram R\$ 182. No referido exercício não foram prestados serviços relacionados a trabalhos de não auditoria.

A nomeação dos auditores independentes é de competência do Conselho de Administração, onde a política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras se fundamenta em evitar a existência de conflitos de interesse e em manter a preservação da independência do auditor.

4. Governança corporativa

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

(a) Diretoria

A Companhia é administrada por 3 (três) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelo Conselho de Administração. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social.

(b) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes. O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas, conforme previsto em lei.

(c) Conselho da Administração

O Conselho de Administração é composto por 3 (três) membros efetivos para o exercício de mandato unificado de 03 (três) anos, sendo eleitos em assembleia geral de acionistas. Compete aos conselheiros, entre outros, eleger e destituir a Diretoria, fiscalizar a gestão de diretores, examinar os livros, papéis e relatórios gerenciais da Companhia, solicitar informações sobre contratos firmados, fixar a orientação geral dos negócios e para a administração da Companhia.

5. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

6. Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a KPMG Auditores Independentes prestou somente serviços de auditoria externa para a Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente

Veja a Nota 8.2 e 13 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.</p> <p>De acordo com o CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato a medida em que são concluídas as obrigações de desempenho relacionadas a construção da infraestrutura, (ii) receita de operação e manutenção para o cumprimento das obrigações de performance de operar e manter o ativo previstas no contrato de concessão e (iii) receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, a partir da entrada em operação, utilizando a taxa de desconto definida no início do projeto.</p> <p>A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração, envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção e a taxa de financiamento.</p> <p>Devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas na estimativa dos ativos de contrato, das receitas de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato;(ii) a verificação, com o auxílio de nossos especialistas de Finanças Corporativas: (a) se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de financiamento; (b) se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção e a taxa de financiamento) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovado pela Companhia; e (c) se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados.(iii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a estimativa do ativo de contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração, e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Milena dos Santos Rosa

Contadora CRC RJ-100983/O-7

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	9	2.637	124
Títulos e valores mobiliários	10 (i)	58.129	82.437
Concessionárias e permissionárias	11	7.278	7.957
Ativo de contrato	12	36.708	35.398
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		174	-
Outros impostos e contribuições a recuperar		711	389
Outros ativos		5.316	5.628
Total do ativo circulante		110.953	131.933
Títulos e valores mobiliários	10 (ii)	31.440	27.982
Ativo de contrato	12	178.203	182.997
Total do realizável a longo prazo		209.643	210.979
Imobilizado e Intangível		1.219	1.220
Total do imobilizado + intangível		1.219	1.220
Total do ativo não circulante		210.862	212.199
Total do ativo		321.815	344.132
Fornecedores		551	718
Debêntures	13	32.109	32.706
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	1.831
Outros impostos e contribuições a recolher		1.416	655
Pis e Cofins diferidos	14	3.138	1.194
Dividendos	24 (c)	11.147	16.698
Encargos setoriais		2.544	1.924
Outros passivos		556	527
Total do passivo circulante		51.461	56.253
Debêntures	13	197.143	215.010
Pis e Cofins diferidos	14	4.800	6.422
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	31.259	23.905
Outros passivos		2.005	1.844
Total do passivo não circulante		235.207	247.181
Total dos passivos		286.668	303.434
Capital social	17 (a)	20.000	20.000
Reserva de lucros	17 (b)	15.147	20.698
Total do patrimônio líquido		35.147	40.698
Total do passivo e patrimônio líquido		321.815	344.132

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	19	63.243	67.587
Pessoal		(1.667)	(1.081)
Material		(126)	(115)
Serviços de terceiros	20 (a)	(2.327)	(3.164)
Provisão para perdas esperadas de créditos	11	(659)	-
Outros	21	(2.945)	(587)
Custos operacionais		(7.724)	(4.947)
Lucro bruto		55.519	62.640
Pessoal		(21)	(11)
Serviços de terceiros	20 (b)	(557)	(591)
Outros		(295)	(97)
Despesas operacionais		(873)	(699)
Resultado antes do resultado financeiro		54.646	61.941
Receitas financeiras		12.982	11.827
Despesas financeiras		(33.978)	(34.115)
Resultado financeiro	22	(20.996)	(22.288)
Resultado antes dos impostos		33.650	39.653
Imposto de renda e contribuição social correntes		(4.002)	(6.314)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(7.354)	57
Imposto de renda e contribuição social	23	(11.356)	(6.257)
Lucro líquido do exercício		22.294	33.396
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)	18	1,11	1,67

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente **Exercícios findos em 31 de dezembro**

(em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	22.294	33.396
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	22.294	33.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 31 de dezembro de 2021		20.000	15.256	14.785	-	50.040
Pagamento de dividendos	17 (b)	-	(11.256)	(14.785)	-	(26.041)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	33.396	33.396
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	-	-	-	(16.698)	(16.698)
Dividendos adicionais propostos	17 (b)	-	-	16.698	(16.698)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		20.000	4.000	16.698	-	40.698
Aprovação para pagamento de dividendos adicionais	17 (b)	-	-	(16.698)	-	(16.698)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	22.294	22.294
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	-	-	-	(11.147)	(11.147)
Dividendos adicionais propostos	17 (b)	-	-	11.147	(11.147)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		20.000	4.000	11.147	-	35.147

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		22.294	33.396
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	7.354	57
- Imposto de renda e contribuição social corrente		4.002	6.314
- Provisão para perdas esperadas de créditos	11	659	-
- Pis e Cofins diferidos		(322)	(116)
- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(12.047)	(11.782)
- Juros, correção monetária e custo de transação sobre debêntures	13	33.102	33.438
- Ativo de contrato - remuneração	12	(31.914)	(32.386)
		23.128	28.921
Variações em:			
- Concessionárias e permissionárias		20	(740)
- Ativo de contrato	12	35.398	34.229
- Impostos e contribuições a recuperar		(495)	559
- Outros ativos		312	(2.091)
- Fornecedores		167	(101)
- Imposto de renda e contribuição social a recolher		4.561	(2.561)
- Outros impostos e contribuições a recolher		(761)	400
- Encargos setoriais		(620)	1.136
- Outros passivos		(399)	121
		61.311	59.873
Impostos pagos sobre a receita tributável		(6.732)	(3.138)
Debêntures - pagamento de juros	13	(34.667)	(25.898)
		19.912	30.837
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(80.752)	(107.684)
Títulos e valores mobiliários - resgates		113.649	131.217
Imobilizado e intangível		(1)	(2)
		32.896	23.531
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Debêntures - pagamento de principal	13	(16.899)	(13.696)
Pagamento de dividendos	24 (c)	(33.396)	(40.826)
		(50.295)	(54.522)
		2.513	(154)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	124	278
		2.637	124

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receitas (1)		73.394	73.041
Remuneração do ativo de contrato	19	56.290	56.547
Operação e manutenção do ativo de contrato	19	17.104	16.494
Insumos adquiridos de terceiros (2)		(8.596)	(5.645)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(3.009)	(3.870)
Despesas gerais, administrativas e outros		(5.587)	(1.775)
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		64.798	67.396
Depreciação e amortização (4)		1	2
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)		64.797	67.394
Valor adicionado recebido em transferência (6)		12.982	11.827
Receitas financeiras	22	12.982	11.827
Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)		77.779	79.221
Distribuição do valor adicionado		77.779	79.221
Impostos, taxas e contribuições		21.507	11.710
Juros	22	33.978	34.115
Lucro líquido do exercício		22.294	33.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota		Página
Base de preparação		
1.	Contexto operacional	16
2.	Base de preparação	17
3.	Moeda funcional e moeda de apresentação	17
4.	Uso de estimativas e julgamentos	17
Políticas contábeis		
5.	Base de mensuração	17
6.	Sazonalidade	17
7.	Políticas contábeis materiais	18
8.	Novas normas e interpretações ainda não efetivas	25
Ativos		
9.	Caixa e equivalentes de caixa	25
10.	Títulos e valores mobiliários	25
11.	Concessionárias e permissionárias	26
12.	Ativo de contrato	26
Passivos e Patrimônio Líquido		
13.	Debêntures	26
14.	PIS e COFINS diferidos	29
15.	Imposto de renda e contribuição social diferidos	29
16.	Provisão e passivos contingentes	30
17.	Patrimônio líquido	31
Desempenho do ano		
18.	Lucro básico e diluído por ação	32
19.	Receita operacional líquida	32
20.	Serviços de terceiros	33
21.	Outros custos	33
22.	Resultado financeiro	33
Tributos sobre o lucro		
23.	Imposto de renda e contribuição social	34
Outras informações		
24.	Transações com partes relacionadas	35
25.	Gestão de riscos financeiros	35
26.	Cobertura de seguros	38

1 **Contexto operacional**

A Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima aberta devido a emissão de debêntures listadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi constituída em 25 de setembro de 2002 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

Em 26 de dezembro de 2018, após aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ocorreu alteração no controle acionário da Companhia. O acionista majoritário que era a Isolux Energia e Participações S.A. ("Isolux") passou a ser a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo Redes").

Em fevereiro de 2021 a Celeo Redes transferiu 100% das ações da Companhia, por meio de aumento de capital para a Celeo Redes Expansões S.A. ("Celeo Expansões").

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Celeo Expansões possui 100% de participação na Companhia.

1.1 **Contrato de concessão**

O contrato de concessão nº 84/2002 ("Contrato") tem como objetivo a construção, operação e manutenção da linha de transmissão 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 181 km, com origem na subestação Tijuco Preto e término na subestação Cachoeira Paulista, ambas no Estado de São Paulo.

O Contrato foi assinado no dia 20 de dezembro de 2002 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 20 de dezembro de 2032. A Companhia entrou em operação comercial em dezembro de 2004.

A partir de julho de 2019 (16º ano de operação comercial) a Companhia passou a receber 50% da receita anual permitida do 15º ano, estendendo-se até o término do prazo da concessão.

1.2 **Receita Anual Permitida**

A resolução homologatória nº 3.216, de 4 de julho de 2023, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2023-2024 em R\$ 75.121 (R\$ 78.634 para o ciclo 2022-2023). Uma redução de 4,5% decorrente do reajuste da inflação (IGP-M).

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 8 de fevereiro de 2024.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 7.2), análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito (nota explicativa 25 (a)) e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 16). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Sazonalidade

A companhia não possui sazonalidade nas suas operações.

7 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas como políticas contábeis materiais (em 31 de dezembro de 2022: "principais políticas contábeis") em determinados casos, de acordo com as alterações.

7.1 Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

i. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

iv.1 Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

i. Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

ii. Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

7.2 Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1) e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IGP-M.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.
- ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, mensalmente, após o término da fase de construção.
- iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:

- i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

- ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

O impacto da transição do ativo financeiro para ativo de contrato foi reconhecido na conta de lucros a realizar.

7.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia.

7.4 Imposto de renda e contribuição social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia alterou a forma de tributação do lucro presumido para o lucro real. O IRPJ e a CSLL foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, são contabilizados de acordo com o CPC 25 – Tributos sobre o lucro.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente no: (i) lucro real, é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores; e no (ii) lucro presumido é o imposto a pagar sobre a base de cálculo presumida, conforme a receita da Companhia. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.5 Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

8 **Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas são efetivas para exercícios iniciados para exercícios após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas novas e alteradas não possuem um impacto nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7); (ii) Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e (iii) Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

A companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1).

Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

9 **Caixa e equivalentes de caixa**

		2023	2022
Depósitos bancários à vista		149	124
CDB	(i)	2.488	-
		2.637	124

- (i) A Companhia aplica seus recursos em Certificado de Depósito Bancário (CDB) no banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 102,20% com vencimento em março de 2024.

10 **Títulos e valores mobiliários**

i. **Circulante**

A Companhia aplica seus recursos em Certificado de Depósito Bancário (CDB) no banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 100,71% (100,61% em 2022) do DI com vencimento entre abril de 2024 e dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a totalidade dos recursos está aplicado em CDB.

A variação do montante aplicado em CDB no exercício 2023 está relacionada, principalmente ao pagamento de dividendos.

ii. **Não circulante**

Para fins de garantia da operação da 2ª emissão de debêntures, a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização da operação as contas denominadas (i) "conta reserva", com saldo no montante necessário para o pagamento da próxima parcela de serviço da dívida e (ii) "conta vinculada", que centraliza a movimentação dos direitos creditórios originados dos "contratos do projeto", relacionados aos contratos de concessão e de prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, todas as contas estão em conformidade ao estipulado nos contratos relacionados às debêntures.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a totalidade dos recursos estão aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDB) no Banco Santander, cuja rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de 95% DI (95% em 31 de dezembro 2022).

11 Concessionárias e permissionárias

		2023	2022
A vencer		6.291	6.542
Até 3 meses		70	-
De 3 a 12 meses		917	440
Acima de 12 meses		659	975
Provisão para perda esperada de crédito	(i)	(659)	-
		7.278	7.957

- (i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia reavaliou e provisionou a totalidade dos títulos vencidos a mais de 365 dias.

12 Ativo de contrato

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	218.395	220.238
Remuneração do ativo de contrato	31.914	32.386
Recebimentos	(35.398)	(34.229)
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	214.911	218.395

A segregação entre circulante e não circulante está detalhada abaixo:

	2023	2022
Circulante	36.708	35.398
Não circulante	178.203	182.997
	214.911	218.395

13 Debêntures

Debêntures	(i)	252.381	259.039
Custo de transação	(ii)	(4.665)	(5.168)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021		247.716	253.871
Juros		32.553	32.936
Amortização - principal		(16.899)	(13.696)
Amortização - juros		(34.667)	(25.898)
Amortização - custo de transação	(ii)	549	503
Debêntures		233.368	252.381
Custo de transação		(4.116)	(4.665)
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022		229.252	247.716

- (i) No dia 15 de julho de 2021, a Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$ 250.000, cujos recursos foram destinados à realização de investimentos, refinanciamentos e distribuição de recursos à acionista, bem como para o capital de giro da Companhia. A subscrição da emissão ocorreu em 21 de julho de 2021.

Sobre o saldo devedor incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias de Depósito Interbancário (DI), acrescida da taxa de juros de 1,70% ao ano.

Os juros remuneratórios e a amortização do principal são pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento ocorrido em 17 de janeiro de 2022 e o último na data de vencimento em 15 de julho de 2031.

- (ii) Refere-se aos custos com comissões bancárias e honorários advocatícios para obtenção da 2ª emissão das debêntures.

A segregação entre circulante e não circulante está detalhada abaixo:

	2023	2022
Circulante	32.109	32.706
Não circulante	197.143	215.010
	229.252	247.716

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2023
Em 2025	20.448
Em 2026	23.491
Em 2027	25.324
A partir de 2028	127.880
	197.143

As debêntures possuem cláusulas restritivas “covenants” não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão descritas a seguir: (a) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures e/ou prevista na escritura; (b) Liquidação, dissolução ou extinção da Companhia; (c) Pedido de recuperação judicial, decretação de falência ou autofalência da Companhia, assim como apresentação, pela Companhia, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores; (d) Transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; (e) Extinção definitiva ou transferência (total ou parcial) da Concessão ou encampação, caducidade, rescisão, anulação ou intervenção, pelo Poder Concedente, da Concessão; (f) Vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Companhia com terceiros, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$10.000 (dez milhões de reais); (g) Invalidez, nulidade, inexecutabilidade, rescisão ou ineficácia total desta Escritura de Emissão e/ou contratos de garantia; (h) Protesto de títulos de responsabilidade da Companhia, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a 14.000 (catorze milhões de reais), cuja devida comprovação não for apresentada ao agente fiduciário; (i) Não observância, pela Companhia, por mais de 2 (duas) vezes consecutivas e/ou por mais de 4 (quatro) vezes intercaladas, do ICSD, que deverá ser igual ou superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) vezes, a ser apurado pela Companhia anualmente.

Abaixo está demonstrado o cálculo do ICSD.

	2023
(C) Índice de cobertura do serviço da dívida (A) / (B)	1,03
(A) Geração de caixa da atividade	52.991
(B) Serviço da dívida	51.566
(A) Geração de caixa da atividade	52.991
(+) LAJIDA (EBITDA)	59.723
(-) Pagamento de imposto de renda	(4.180)
(-) Pagamento de contribuição social	(2.552)
(B) Serviço da dívida	51.566
(+) Amortização de principal	16.899
(+) Pagamento de juros	34.667
EBITDA	59.723
(+/-) Lucro/prejuízo antes do imposto de renda	33.650
(+/-) Resultado financeiro líquido negativo/positivo	20.996
(+/-) Perdas (desvalorização) por impairment/reversão de perdas anteriores	659
(+) PIS e COFINS diferidos por conta da aplicação da ICPC 01	(322)
(-) Receita com ativo financeiro da concessão	(56.290)
(-) Receita para a cobertura dos gastos com operação e manutenção	(17.104)
(+) RAP no exercício	76.878
(+/-) Outros ajustes IFRS (i)	1.256

- (i) Refere-se a diferenças oriundas da aplicação do ICPC 01 (R1) relacionadas às adições ao imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não atingiu o ICSD mínimo. Os principais fatores que impactaram o ICSD foram: (i) Alteração do regime tributário do lucro presumido para o lucro real, e consequente aumento das alíquotas de IR/CSLL e PIS/COFINS e (ii) Reajuste da RAP para o ciclo 2023-2024 com redução da RAP em 4,47% devido à redução do IGP-M.

Conforme escritura das debêntures, o não atingimento do ICSD mínimo por mais de 2 (duas) vezes consecutivas e/ou por mais de 4 (quatro) vezes intercaladas, pode exigir que a Companhia pague essa dívida antes da data de vencimento. Todas as cláusulas restritivas são monitoradas regularmente pela administração para garantir que a escritura esteja sendo cumprida.

Em 31 de dezembro de 2023, as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures foram cumpridas pela Companhia.

14 PIS e COFINS diferidos

	2023	2022
PIS	1.416	1.358
COFINS	6.522	6.258
	7.938	7.616

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia. A variação está relacionada à alteração do regime tributário conforme demonstrado na nota explicativa 23 (a).

A segregação entre circulante e não circulante está detalhada a seguir:

	2023	2022
Circulante	3.138	1.194
Não circulante	4.800	6.422
	7.938	7.616

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	2022
Imposto de renda	22.989	17.582
Contribuição social	8.270	6.323
	31.259	23.905

A variação está relacionada à alteração do regime tributário conforme demonstrado na nota explicativa 23 (a).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias. A posição em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	31.259	23.905
	31.259	23.905

16 **Provisão e passivos contingentes**

A Companhia é parte em processos judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza cível, fundiária e tributária.

Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada. Os valores de passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados que não possuem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

(a) Cível

A Companhia possui ação anulatória de ato administrativo cumulada com repetição de indébito proposta pela Tractebel Energia S.A., contra a ANEEL, o ONS, bem como contra todas as concessionárias de transmissão de energia elétrica integrantes do SIN, dentre elas a Companhia. O objetivo é a declaração de nulidade do artigo 4º da resolução nº 117/04 da ANEEL que inseriu novo reajuste do valor do TUST (tarifa de utilização do sistema de transmissão) pago pelas empresas geradoras de energia que entrassem em operação a partir de 01/07/2005, além da condenação das concessionárias corréis, na devolução da diferença do valor que lhes teria sido pago indevidamente. O valor em risco é de R\$ 301 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 139 em 31 de dezembro de 2022) e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda provável. O montante encontra-se contabilizado em "outros passivos".

A Companhia entrou com ação contra a ANEEL e a ONS com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável por indisponibilidade. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o valor em risco é de R\$ 978 e R\$ 931, respectivamente, e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

(b) Fundiário

A Companhia ajuizou ação de constituição de servidão administrativa, com pedido liminar para imissão na posse, para passagem de linha de transmissão na propriedade dos réus. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o valor em risco é de R\$ 301 e R\$ 318, respectivamente, e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda remota em 2023 e provável em 2022.

(c) Tributário

A Companhia possui pedidos de compensações de débitos tributários que não foram homologadas pela Receita Federal do Brasil (RFB). A Companhia entende que possui o direito de utilizar esses créditos e entrou com processos contra a RFB. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o valor em risco é R\$ 666 e R\$ 4.770, respectivamente, e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

Esses débitos tributários foram originados na época que a Companhia era controlada pela Isolux, conforme nota explicativa 1.

Do montante total envolvido na transação de compra da Companhia pela Celeo Redes Brasil S.A., uma parte do valor ficou depositado em uma conta de garantia (*escrow account*), para que qualquer desfecho desfavorável nesses processos, fosse abatido dessa conta.

Após a análise desses processos, no primeiro trimestre de 2023, a Isolux decidiu por não continuá-los e optou pelo pagamento e conseqüentemente o encerramento desses débitos.

Considerando que esses processos ainda estavam em andamento durante o processo de compra da Companhia pela Celeo Redes, e conforme citado anteriormente, o valor dessas obrigações, após confirmação pela Isolux, foi abatido da *escrow account*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, do montante total de R\$ 4.770 considerado como risco de perda possível, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 3.912 referente aos débitos tributários. Sendo assim, foi reconhecido como um contas a receber com a Celeo Redes (dentro da rubrica “Outros Ativos”) para reembolso futuro desses valores pagos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Os saldos de “provisão” e “passivos contingentes” estão detalhados a seguir:

	Provisões		Passivos contingentes	
	2023	2022	2023	2022
Cível	301	139	978	931
Fundiário	-	318	-	-
Tributário	-	-	666	4.770
	301	457	1.644	5.701

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 20.000, dividido em 20.000.000 ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R\$1,00 cada.

(b) Reserva de lucros

i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 15 de julho de 2022 foi aprovada a redução da reserva legal a qual passou a ter R\$ 4.000. O montante de R\$ 11.256 referente a redução foi repassado à acionista.

A Companhia não reconhece mais constituição de reserva legal pois o saldo atual representa 20% do capital social.

ii. Dividendo adicional proposto

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

Conforme Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 31 de março de 2023 e 18 de abril de 2022 os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 16.698 e R\$ 14.785, respectivamente, referentes a dividendos adicionais.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o valor destinado como dividendo adicional proposto foi de R\$ 11.147 e R\$ 16.698, respectivamente.

(c) Dividendo mínimo obrigatório

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o valor destinado como dividendo mínimo obrigatório foi de R\$ 11.147 e R\$ 16.698, respectivamente.

18 Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	22.294	33.396
Média ponderada das ações emitidas	20.000	20.000
	1,11	1,67

A Companhia não possui ações ordinárias diluídas, portanto o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

19 Receita operacional líquida

		2023	2022
Remuneração do ativo		56.290	56.547
Receita de operação e manutenção		17.104	16.494
Receita bruta		73.394	73.041
Pis e Cofins correntes	(i)	(6.886)	(2.745)
Pis e Cofins diferidos		(322)	133
Encargos setoriais		(2.943)	(2.842)
Deduções da receita		(10.151)	(5.454)
		63.243	67.587

- (i) O aumento observado entre os períodos refere-se à troca do regime tributário da Companhia de Lucro Presumido para Lucro Real.

20 **Serviços de terceiros**

(a) Custos operacionais

		2023	2022
Serviço de operação e manutenção	(i)	(630)	(618)
Reparo e manutenção das instalações de transmissão		(1.185)	(1.608)
Contrato de compartilhamento de instalação		(323)	(642)
Diversos		(189)	(296)
		(2.327)	(3.164)

(i) Refere-se ao custo de prestação de serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão, veja nota explicativa 24.

(b) Despesas operacionais

		2023	2022
Consultorias		(383)	(342)
Diversos		(174)	(249)
		(557)	(591)

21 **Outros custos**

		2023	2022
Débitos tributários	(i)	(2.432)	-
Diversos		(513)	(587)
		(2.945)	(587)

(i) O débito tributário é composto pelo pagamento de R\$ 2.432 referente a pagamento de imposto de renda e contribuição social referentes ao ano de 2018.

22 **Resultado financeiro**

		2023	2022
Rendimento de aplicação financeira		12.047	11.782
Outras receitas		935	45
Receitas financeiras		12.982	11.827
Juros - debêntures		(32.553)	(32.936)
Custo de transação - debêntures		(549)	(504)
Outras despesas		(876)	(675)
Despesas financeiras		(33.978)	(34.115)
		(20.996)	(22.288)

23 Imposto de renda e contribuição social

(a) Lucro Real

A partir de 1 de janeiro de 2023, a Companhia alterou o seu Regime Tributário do Lucro Presumido para o Lucro Real, ocasionado pelo desenquadramento do limite de receita permitida pelo Art. 14 da Lei nº 9.718/98 no exercício anterior. Um fator determinante para essa alteração de regime foi o comportamento do IGP-M nos últimos ciclos de reajuste da RAP. No contrato de concessão é prevista a redução da RAP em 50% a partir do 15º ano de vigência do contrato. Devido a altas sucessivas do IGP-M, a queda da RAP foi compensada levando a receita a ultrapassar o limite de tributação do presumido.

	2023
Resultado antes dos impostos	33.650
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(11.417)
Adições	61
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	(11.356)
Alíquota efetiva	34%

(b) Lucro Presumido

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia era optante pelo Lucro Presumido, conforme apuração do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 demonstrada abaixo.

	2022	
	IRPJ	CSLL
Remuneração do ativo	56.680	56.680
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo da receita	4.534	6.802
Receita de O&M	16.494	16.494
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo da receita de O&M	1.320	1.979
Receitas financeiras	11.827	11.827
Alíquota vigente	25%	9%
Imposto corrente	(4.459)	(1.855)
Diferenças temporárias	37	20
Imposto diferido	37	20

24 Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais

		Ativo/Passivo		Despesa	
		2023	2022	2023	2022
Celeo Redes	(i)	3.912	-	3.912	-
Celeo Redes	(ii)	45	47	(630)	(618)
		3.957	47	3.282	(618)

- (i) Refere-se se reembolso de débitos tributários conforme nota explicativa 16 (c).
- (ii) Refere-se ao contrato com a Celeo Redes referente ao serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica serviços de terceiros - custos operacionais.

(b) Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo Redes e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo Redes.

(c) Dividendos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021		16.698	14.785
Aprovação para pagamento de dividendos adicionais	17 (a)	16.698	14.785
Redução reserva legal		-	11.256
Pagamento de dividendos		(33.396)	(40.826)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	11.147	16.698
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022		11.147	16.698

25 Gestão de riscos financeiros

(a) Considerações gerais e políticas

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. A Companhia não contratou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

i. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de determinados ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas ou é indexado ao IPCA.

iii. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais.

Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, a Companhia, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, cujo fornecimento é obrigatório para todos os usuários do Sistema Interligado Nacional (SIN).

iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolso. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	10.524	7.893	5.262
Debêntures	Aumento do IPCA	10.225	7.668	5.112

*Fonte: O CDI e o IPCA para o cenário provável (11,75% e 4,46%) foi considerada conforme relatório Focus de 29/12/2023.

(c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

		Hierarquia do valor justo	2023		2022	
			Custo amortizado	VJR	Custo amortizado	VJR
Caixa e equivalente de caixa	9		2.637	-	124	-
Títulos e valores mobiliários	10	Nível II	-	89.569	-	110.420
Concessionárias e permissionárias	11		7.278	-	7.957	-
Ativos Financeiros			9.915	89.569	8.081	110.420
Fornecedores			551	-	718	-
Debêntures	13		233.368	-	252.381	-
Passivos Financeiros			233.920	-	253.099	-

(d) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

(e) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

		Hierarquia do valor justo	2023		2022	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures	13	Nível II	233.368	235.445	252.381	254.897
			233.368	235.445	252.381	254.897

As debêntures são classificadas como "outros passivos financeiros ao custo amortizado" e a Administração avaliou que seu valor contábil se aproxima do seu valor justo, exceto quando essas debêntures possuem cotações divulgadas pela ANBIMA conforme negociações ocorridas no mercado secundário na data do balanço. O mercado secundário Bolsa, Balcão é considerado ativo pois os preços cotados estão disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, permitindo que as cotações reflitam transações de mercado reais que ocorreram em bases puramente comerciais. Contudo, cabe esclarecer que a precificação de debentures é prejudicada pela incipiência do mercado de capitais levando à formação de preços com baixíssima amostragem.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

26 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

	Data de vigência	Importância segurada
Risco operacional	30.06.2023 a 30.06.2024	31.050
Responsabilidade civil	30.06.2023 a 30.06.2024	20.000
D&O	30.06.2023 a 30.06.2024	50.000
Veículos	30.05.2023 a 30.05.2024	330

José Maurício S. de Souza

Diretor

Marcus Hansen Balata

Diretor

Luiz Carlos Leite

Diretor relação com
investidores

Bruno M. S. M. Melo

Contador
CRC-RJ 111193/O-8